



UMA REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO DA FORMAÇÃO NA ÁREA CULTURAL

Leonardo Figueiredo Costa¹

Resumo: atualmente podemos perceber uma convergência cada vez maior entre os parâmetros que permeiam as políticas públicas na área da cultura tanto no âmbito federal, estadual e municipal. O Ministério da Cultura (MinC), a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult) e a Fundação Gregório de Mattos (FGM) são os principais órgãos na formulação destes âmbitos ao se estudar as relações a partir da cidade de Salvador, mas infelizmente ainda vemos poucas ações no que tange uma política voltada para a formação dos agentes que poderão atuar na organização do campo da cultura. Este artigo se propõe a fazer um panorama atual das políticas públicas no Brasil em relação ao que é formulado e gerido sobre formação, inicialmente trazendo questões da área cultural e do campo de atuação da organização da cultura.

Palavras-chave: políticas culturais; formação; agentes culturais.

Área cultural

A figura do agente na organização cultural cada vez mais recebe espaço e a atenção no mercado cultural, e a sua profissionalização tornou-se imprescindível, tendo em vista as dinâmicas contemporâneas.

Atualmente, com o crescente número de artistas e o interesse da iniciativa privada na arte como negócio, os agentes culturais ganham mais espaço. Como destaca José Teixeira Coelho Neto, “a figura do agente cultural, do animador cultural, do mediador cultural ou outro nome que se queira chamá-lo, tornou-se uma exigência do público e da própria dinâmica cultural” (Nussbaumer, 2000:43).

Por essa breve passagem podemos ter uma noção da crescente importância dos agentes culturais no mercado de cultura. Tal importância trouxe também uma crescente demanda pela profissionalização desses agentes. A cadeia produtiva da cultura

¹ Doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, bolsista Fapesb, orientado pelo Prof. Dr. Albino Rubim. leo.fcosta@gmail.com

é formada por diversos setores, cada qual com o seu papel e o seu trabalho distinto, fundamentais para a composição geral da área. Brant (2002:46) identifica o modelo a partir da seguinte caracterização:

- Criadores e produtores: artistas, criadores, produtores, técnicos, profissionais das esferas pública e privada;
- Organizações culturais: centros culturais, fundações, organizações culturais públicas, privadas e do terceiro setor;
- Empresas investidoras: empresários e profissionais de empresas envolvidos com o investimento em cultura;
- Poder público: órgãos do governo e os profissionais da gestão pública da cultura, responsáveis pela formulação e gestão de políticas culturais;
- Imprensa cultural: veículos de comunicação de conteúdo cultural, jornalistas e críticos do setor;
- Meio acadêmicos: estudiosos do tema;
- Público da cultura: todos que devem experimentar e vivenciar a cultura.

A tipologia de intelectuais trazida por Antonio Gramsci (*apud* Rubim, 2005:15) retrata o sistema cultural a partir de três movimentos: criação (artistas e cientistas); transmissão/divulgação (educadores e profissionais de comunicação); organização (gestores e produtores culturais). Temos um desenho de um sistema cultural, que também pode ser formatado e discutido a partir da idéia de campo de Pierre Bourdieu, solicitando-se profissionais diferenciados para cada atuação, transformações que de uma forma mais direta alimentaram o processo de autonomização deste campo. São estas, no entender de Bourdieu (2005): 1. a constituição de um público consumidor crescentemente extenso e heterogêneo capaz de garantir aos produtores de bens simbólicos (artistas e intelectuais), simultaneamente, demanda (e independência) econômica e legitimação cultural; 2. a constituição de um corpo profissional de produtores e empresários de bens simbólicos cada vez mais numeroso e diferenciado, disposto a reconhecer como legítimas, exclusivamente, as determinações de ordem técnica e regulatória estabelecidas pelo próprio campo; e 3. o crescimento e a diversificação tanto das instâncias de consagração e legitimação da produção do campo (por exemplo, as academias e os salões) como das instâncias de

difusão do que aí é produzido (museus, salas de concerto, teatros, editoras, revistas, etc.).

A importância da cultura enquanto instância de desenvolvimento social vem sendo reconhecida e discutida em decorrência da proliferação de estudos e práticas que levam em conta os seus diversos desdobramentos. A secularização e crescente autonomização da cultura como um campo social de atuação possibilitou o surgimento de instituições, públicas e privadas, profissionais diferenciados e uma estrutura organizacional instalada em um complexo sistema cultural.

Tal autonomização – que não deve ser confundida com isolamento, nem com desarticulação ou desconexão com o social – implica na constituição da cultura enquanto campo singular, o qual articula e inaugura: instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos, como sempre assinalou Pierre Bourdieu em seus textos acerca da cultura (Rubim, 2007a: 141).

As políticas culturais devem compreender o sistema em sua totalidade articulada. Para tratar da existência de um sistema cultural complexo e contemporâneo, Albino Rubim (*apud* Rubim, 2005:16) traz em diferentes momentos as práticas sociais de um sistema cultural:

1. Criação, inovação e invenção (artistas);
2. Transmissão, difusão e divulgação (educadores e profissionais da comunicação);
3. Preservação e manutenção (museólogos e arquivistas);
4. Administração e gestão (administradores e economistas);
5. Organização (produtores, gestores e formuladores/avaliadores de políticas);
6. Crítica, reflexão, estudo, pesquisa e investigação (críticos e pesquisadores);
7. Recepção e consumo (público em geral – democratização da cultura).

Temos uma crescente distinção social da organização cultural, tendo em vista a complexificação do sistema cultural. Essa distinção e especialização adquiridas pelo sistema são reflexos do processo de complexidade das relações humanas e produtivas que culminou com uma maior divisão social do trabalho. Diferente de

quando tais atividades eram desenvolvidas de modo mais amador pelos criadores/artistas que queriam divulgar e/ou vender as suas obras, ou até mesmo profissionais que não conseguiam dar conta de tantas responsabilidades e burocracias inerentes ao processo da produção cultural. Tal processo não diferenciado ainda permanece em situações de pouca complexidade do campo. E, inclusive em mercados regionais, podemos perceber diferenças entre a atuação do profissional nas diversas áreas, com diferentes graus de profissionalização nos casos das artes cênicas, música, artes plásticas, etc. Em Salvador, é visível a distinção no ramo da música entre a profissionalização da música independente (rock “alternativo”) e do axé “comercial”. Além disso, temos um grande exemplo local de organização na área cultural que é o carnaval, onde é necessária a articulação de instituições, recursos financeiros, materiais técnicos e humanos. De que forma a política pública deve atuar no fomento destas diferentes áreas?

Campo de atuação

A arte e a cultura, como produção de conhecimento e, principalmente, como entretenimento, têm movimentado de maneira crescente no decorrer da última década, importantes índices mercadológicos que impulsionam a expansão da indústria cultural nacional e internacional, mediante mudanças nos padrões de consumo e lazer das sociedades contemporâneas ocidentais.

A atividade da organização cultural, como visto anteriormente, passou a demandar pela existência de agentes determinados e profissões especializadas. E neste contexto de necessidades surge a figura do profissional que inicialmente foi descobrindo a profissão pela experiência cotidiana das práticas culturais, levado pelas circunstâncias e oportunidades criadas pelo novo ofício. Cria-se então um terreno mais propício para inserção de novos agentes que atualmente, mediante formação sistemática e reconhecimento de pares, apresentam-se à sociedade de forma mais direcionada e profissional. Com o surgimento de inúmeros estabelecimentos de arte e cultura bem como através da dinamização dos setores editoriais, cinematográficos, fonográficos e de patrimônio histórico, desenvolve-se um importante mercado para esse profissional.

O declínio da alta burguesia brasileira na importação da cultura, principalmente européia, no período entre guerras, foi responsável pela ênfase que começou a ser dada pela produção cultural. Essa

situação era, então, propícia ao surgimento de intermediadores da cultura ou agentes culturais que buscavam intervir nas relações entre artistas, clientes, mecenas e mídia, em proveito próprio ou a serviço de uma dessas instâncias do mercado da cultura que se desenvolvia (Nussbaumer, 2000:41).

Observa-se nessa passagem quando a figura do profissional em organização começa a ter uma maior importância para o fomento cultural brasileiro. Tal importância nasce da necessidade do próprio mercado cultural em ter intermediadores nos projetos, profissionais que tomassem o rumo das produções e fossem o elo entre quem incentiva e quem faz cultura.

Atualmente esse quadro evidencia cada vez mais a organização cultural, num período em que arte é gerida como negócio, como um capital de retorno econômico e simbólico. Há um maior interesse da iniciativa privada no marketing cultural, uma vertente do marketing que serve para inserir de forma diferenciada a marca da empresa. Retornos financeiros reais com o incentivo a projetos culturais podem ser conseguidos, ponto pelo qual a empresa não é mais vista como um mecenas. Um retorno pode ser medido via mídia espontânea, calculando-se quanto a empresa incentivadora gastaria com divulgação caso ela comprasse espaços tradicionais nos meios de comunicação e não atuasse com a fixação da sua marca de forma diferenciada em projetos culturais. A função do profissional em organização, como intermediador desse marketing cultural e fomentador cultural, é uma das novas profissões já assimiladas e provenientes do mercado.

Apesar da necessidade de reconhecimento social da sua atividade perante o mercado e a sociedade civil, atualmente os profissionais de cultura têm se preocupado em conscientizar os dirigentes de estados, empresas e instituições para a importância da natureza dos trabalhos relativos à área da cultura. Como a negociação cultural atualmente passa a ser vista como um negócio é importante que se discuta e analise a formação técnica e acadêmica destes profissionais. A profissionalização do campo cultural é um assunto que precisa ser bastante analisado, para podermos compreender as características necessárias para a formação de um profissional em organização cultural, campo ainda não muito estudado. E, de um modo geral, as demandas geradas pelas políticas públicas são responsáveis por uma ampliação deste campo, ao reconhecer a atuação deste novo segmento e possibilitar o seu trabalho através dos seus programas e ações.

Políticas públicas na área cultural

A cultura tem se tornado uma importante opção para o desenvolvimento, e isso já tem se cristalizado de alguma forma nos discursos de muitos políticos. O seu papel cada vez mais se torna estratégico e central, mas também se caracteriza como um vetor que deve perpassar políticas públicas de outras áreas. Albino Rubim (2007a) traz diferentes dimensões analíticas que devem ser contempladas no estudo das políticas culturais, entre elas: conceito de cultura; formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas (programa); objetivos e metas; delimitação da caracterização dos atores; elucidação dos públicos pretendidos; e instrumentos, meios e recursos acionados (humanos, legais, materiais, financeiros, etc.). Ao analisar as diferentes gestões é importante salientar como é que estas dimensões se configuram, para podermos obter uma maior clareza do que foi proposto e realizado. Faremos agora um panorama da questão da formação enquanto política pública na área cultural a partir do âmbito federal (Brasil), estadual (Bahia) e municipal (Salvador).

▪ Âmbito federal: Ministério da Cultura

Desde a vigência da Lei Sarney se discute como uma mudança legislativa reflete em demandas de formação num campo profissional como o da produção (Muylaert, 2000). Passando da Lei Sarney para a Lei Rouanet, em 1995 temos uma novidade na legislação que é o reconhecimento legal da existência do trabalho de intermediação de projetos culturais, inclusive com o ganho financeiro. Oficializou, de certo modo, a produção cultural no Brasil como uma função de organização da cultura através da elaboração de projetos, captação de recursos, administração de eventos, entre outras atividades correlatas. Em 1996, de certa forma seguindo esse movimento, temos a criação de dois cursos de graduação em produção cultural no Brasil, um no Rio de Janeiro e outro na Bahia.

Analisando o processo atual a partir da primeira eleição do Presidente Lula, temos um Ministério da Cultura encabeçado por Gilberto Gil desde 2002 que busca modificações em relação à anterior gestão da cultura.

O governo Lula e o ministro Gilberto Gil se defrontam em 2002 com complicadas tradições que derivam agendas e desafios: relações

históricas entre autoritarismo e intervenções do estado na cultura; fragilidade institucional; políticas de financiamento da cultura distorcidas pelos poucos recursos orçamentários e pela lógica das leis de incentivo; centralização do Ministério em determinadas áreas culturais e regiões do país; concentração dos recursos utilizados, incapacidade de elaboração de políticas culturais em momento democráticos etc. A ênfase inicial do ministro artista, que transparece em seus discursos programáticos proferidos durante o ano de 2002 será reivindicar um conceito de cultura mais alargado, dito “antropológico” (...) Em consequência, o público privilegiado não serão os criadores, mas a sociedade brasileira (Rubim, 2007b:29).

Há ações que buscam uma maior descentralização, como os Pontos de Cultura (que fazem parte do programa Cultura Viva), mas “a ausência de uma política consistente de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura (...) continua sem solução e consiste em um dos principais obstáculos para a institucionalização do Ministério e uma gestão mais qualificada e profissionalizada” (Rubim, 2007b:30)..

O programa Cultura Viva lançou em 2005 um edital² que previa a instalação de 10 novos pontos na Bahia voltados para o fomento de projetos sócio-educativos de capoeira. O MinC gera a partir daí uma demanda por inscrições no seu edital, tendo em vista a grande quantidade de grupos de capoeira residentes no estado. Mas, será que do lado dos grupos há condições para atender a esta expectativa? Será que os grupos têm condições de trabalhar na inscrição de projeto, prevendo planos de ação e os postando de forma eletrônica (como o próprio MinC prefere)? Para tentar sanar essas questões a FGM decidiu trabalhar no apoio dos grupos, contratando profissionais que dessem uma consultoria técnica para efetivar um número maior de inscritos no edital, tendo em vista as dificuldades de vários grupos no manejo, inclusive, dos dispositivos eletrônicos.

A relação entre o pensamento dos formuladores das políticas Federal, Estadual e Municipal atualmente passa por uma concordância de visão. “Imaginem se tivéssemos cedido à tensão que envolveu a indicação de Gil ao Ministério da Cultura? Teríamos perdido a melhor gestão que a pasta já teve. E as pessoas ainda hoje estariam repetindo que ‘a cultura é um bom negócio’”³, afirmou o Secretário Márcio Meirelles. Mudança de pensamento que também se revelou no enfoque dados aos endereços dos sites governamentais. Ao invés de www.minc.gov.br passamos a ter

² www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/editais/index.php?p=9042&more=1&c=1&pb=1 (acesso em 15/05/2005).

³ www.cultura.ba.gov.br/multimeios/discursos/abertura-do-iii-enecult/attachment_download/file (acesso em 15/07/2007).

www.cultura.gov.br, movimento que foi seguido pela FGM (www.cultura.salvador.ba.gov.br) e depois pela Secult (de www.sct.ba.gov.br para www.cultura.ba.gov.br).

▪ **Âmbito estadual: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia**

A mudança da formulação política também é visível na Secult após a eleição do governo de Jaques Wagner para o período de 2007-2010. Seguindo uma mudança já deflagrada pelo MinC e pela FGM, a Secult acredita que “o principal desafio da Secretaria de Cultura é mudar a forma de conceber e gerir a cultura na Bahia. A ampliação da idéia de cultura, que deve ser entendida como toda a produção simbólica de um povo”⁴. Segue também a linha da cultura como um fator de desenvolvimento, com as seguintes metas: 1) ampliação da produção e o acesso aos bens culturais; e 2) culturalização do produto baiano, agregando valor simbólico às mercadorias e criando diferenciais competitivos para as mesmas. Democratizar o acesso à cultura, preservar a diversidade e descentralizar as ações culturais para o interior são elementos prioritários desta nova gestão.

As atividades culturais promovam o desenvolvimento em diversos aspectos, incluindo o desenvolvimento ambiental, social e político. O governo baiano esforça-se especificamente para, por um lado, ampliar a produção e o acesso a bens culturais; e, por outro, potencializar a atividade econômica através da cultura. Para tanto, é preciso criar um verdadeiro mercado, assegurando condições de concorrência na produção mercantil - isso se faz com transparência, redução de assimetrias de informação, estabelecimento de tetos de recursos para projetos, democratização da gestão, dentre muitas outras medidas⁵.

Entre as metas da nova gestão também está a de tornar a Bahia um pólo de formação cultural, inicialmente mapeando e organizando cursos para criadores, técnicos, produtores e pesquisadores; com o objetivo de garantir uma formação de ponta para os profissionais da área, atraindo ainda talentos de outros estados e países. Um dos objetivos definidos por esta gestão é o de “incentivar a formação e qualificação de gestores, produtores e criadores culturais”⁶.

O Secretário Marcio Meirelles afirmou, em discurso proferido na abertura do III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, que a sua participação no

⁴ www.cultura.ba.gov.br/secretaria/desafio (acesso em 15/07/2007).

⁵ www.cultura.ba.gov.br/linhasdeacao/desenvolvimento (acesso em 15/07/2007).

⁶ www.cultura.ba.gov.br/secretaria/missao (acesso em 15/07/2007)

encontro marca uma posição política de afirmação da importância dos estudos e da formação em cultura, anunciando que a Secretaria vai promover regularmente estudos sobre a cultura baiana e tornar a Bahia um pólo de formação cultural. Para atender todos os territórios do Estado, o governo busca implementar o Programa de Formação e Qualificação em Cultura, que inclui mapear e organizar cursos para os agentes culturais. “Não podemos incorrer no erro de descentralizar os investimentos do governo e não apoiar, paralelamente, a descentralização das estruturas de formação em cultura”⁷, afirmou o Secretário.

Paradoxalmente, também falta Mercado na cena cultural da Bahia. Não é possível chamar de mercado um sistema baseado no favorecimento pessoal e no clientelismo, na informalidade e na chamada lei de Gerson. Mercados que funcionam exigem regras claras, igualdade de oportunidades e concorrência. (...) O principal desafio será conceber um novo sistema de fomento e patrocínio à cultura que, de fato e não de aparência, alavanque os investimentos privados nas atividades culturais. Mas isso não basta. É necessário ir além do Estado e do Mercado para apoiar a produção do Comum: trabalho autônomo, cooperativas, redes de produção, economia solidária. (...) Garantir acesso aos meios de produção e distribuição para independentes do vídeo, mídias alternativas ou emergentes bandas de rock. É nesse campo – o apoio à produção da multidão – que precisa acontecer a revolução cultural que a Bahia tanto espera. É importante lembrar que o Ministério da Cultura adota uma posição análoga quando adota a fórmula “nem substituir o mercado, nem ser substituído por ele”. Essa é a linha política que permite combinar o incentivo às redes colaborativas de produtores de cultura com o patrocínio privado e a ação estratégica do Estado⁸.

Do ponto de vista da atuação dos produtores culturais a Secult vai lançar o microcrédito cultural, com empréstimos entre R\$ 200,00 e R\$ 5.000,00, para que o trabalhador e o microempresário da cultura possam ter capital de giro facilitado para o desenvolvimento de suas atividades⁹. Mas, do ponto de vista da formação não há muitas ações descritas no planejamento. Uma das ações executadas, tendo em vista a demanda gerada pelos editais e a questão da cota mínima de projetos do interior, foi a realização de oficinas de curta duração sobre o processo de elaboração de projetos¹⁰. As oficinas

⁷ www.cultura.ba.gov.br/multimeios/discursos/abertura-do-iii-enecult/attachment_download/file (acesso em 15/07/2007).

⁸ www.cultura.ba.gov.br/multimeios/artigos/cultura-para-alem-do-estado-e-do-mercado/attachment_download/file (25/08/2007).

⁹ O projeto está sendo desenhado numa parceria entre a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Desembahia, Prefeitura Municipal do Salvador, através da Secretaria de Emprego e Renda (SEMPRE) e o SEBRAE. A agência piloto funcionará no Pelourinho www.cultura.ba.gov.br/apoioprojetos/credito (acesso em 25/08/2007).

¹⁰ As oficinas têm como objetivo “apoiar artistas e produtores na elaboração de projetos, facilitar a sua participação e ampliar o número de projetos inscritos nos editais e programas de fomento à cultura do

aconteceram no período de 14 a 21 de julho de 2007, nos equipamentos culturais da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb). O conteúdo das oficinas foi sistematizado num manual que também está disponibilizado no site da Funceb¹¹.

Temos de rever a formação de gestores culturais, precisamos fomentar os gestores no interior. Esse é um processo que precisa cada vez mais ser profissional, mas as pessoas continuam atrasadas nisso. Um bloco afro tem que ter seu gestor formado no interior do bloco para cuidar das contas o ano inteiro. Isso requalifica a relação dos blocos com o governo e haverá um plano de sustentabilidade (...) o contato com os outros componentes do Estado, como as universidades, centros que já têm acúmulo sobre todas as áreas torna-se fundamental [para pensar a formação]¹².

- **Âmbito municipal: Fundação Gregório de Mattos**

Cinco diretrizes¹³ norteiam a FGM (fundação veiculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura) desde a posse do atual Presidente, Paulo Costa Lima. São elas: 1) Participação popular (pensando a cultura para o desenvolvimento e a responsabilidade social); 2) Cotidiano das Artes (fomento aos diferentes atores do sistema cultural: artistas, grupos artísticos, produtores, centros culturais da cidade. Surgem nessa direção duas propostas: a criação da Lei de Incentivo à Cultura e o Fundo de Cultura); 3) Valorização da Memória; 4) Intercâmbio cultural; e 5) Fórum permanente (diálogo com a sociedade sobre objetivos da gestão e políticas culturais).

De fato, não se pode separar a cultura da vida. As pessoas desta cidade se aglomeram em torno de um espaço urbano caótico, fruto de uma rima perversa entre ocupação desordenada, ausência de políticas públicas, índice alarmante de pobreza e desigualdade social comparável à da Namíbia – o que dizer da cultura? Poderia estar imune a esse quadro? (...) A invisibilidade caminha de mãos dadas com uma grande dificuldade de articulação local e com a ausência de intercâmbios sistemáticos entre bairros e regiões. Para a classe média e as instituições a ela adstritas – universidades, cadernos de cultura, etc – a cidade praticamente se restringe ao que pode ser visto do carro. (...) O resultado de tudo isso: uma cidade pobre, com grandes problemas urbanos, porém capaz de exibir uma quantidade expressiva

Estado”; e foram realizadas nas seguintes localidades: Salvador (Centro Cultural Plataforma, Cine-Teatro Solar Boa Vista), Valença (Centro de Cultura Olívia Barradas), Feira de Santana (Centro de Cultura Amélio Amorim), Alagoinhas (Centro de Cultura de Alagoinhas), Itabuna (Centro Cultural Adonias Filho), Juazeiro (Centro Cultural João Gilberto), Vitória da Conquista (Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima) e Santo Amaro (Teatro Dona Cano). As atividades foram ministradas por profissionais da Funceb. www.cultura.ba.gov.br/noticias/plugcultura/fundacao-cultural-faz-visitas-ao-interior (acesso em 06/07/2007).

¹¹ www.fundacaocultural.ba.gov.br/editais/pdf/manual_projetos.pdf (acesso em 25/08/2007).

¹² www.fundacaocultural.ba.gov.br/05/0703/entrevista.htm (acesso em 05/03/2007).

¹³ www.cultura.salvador.ba.gov.br/apresentacao.php (acesso em 26/07/2007).

de pólos culturais espalhados por seu território. Uma enorme vocação para o desenvolvimento cultural, potencializando o que já existe, e ao mesmo tempo um déficit histórico de educação formal, de construção de leitores e de fruidores críticos, capazes de impactar o nível cultural da mídia por exemplo, vulneráveis com relação ao discurso fácil da folclorização, para o bem da imagem, garantindo uma superficialidade insuportável, que afeta tudo, inclusive o carnaval. Não é um cenário simples, até porque já não existem cenários isolados. Assim como na economia, a circulação de bens simbólicos é hoje uma rede mundial. Estamos preparados para tal desafio?¹⁴

A FGM lançou em 2007 um edital visando à concepção, desenvolvimento e execução de Planos Locais de Cultura¹⁵, a partir de bairros e contextos distintos da cidade. Neste edital serão selecionadas 30 propostas de diferentes bairros, com o objetivo de criar planos de trabalhos relacionados à cultura nas comunidades. Os Planos Locais de Cultura deverão apresentar quatro dimensões básicas: 1) a cultura que existe no local; 2) uma proposta de articulação entre projetos e instituições ligadas às temáticas identificadas no local; 3) calendário de ações culturais; 4) medidas necessárias e interessantes a curto, médio e longo prazo.

Em notícia veiculada no site da Secult no dia 12 de janeiro de 2007, o Secretário de Cultura, Márcio Meirelles, com o intuito de ser parceiro dão programa afirmou que: “vamos somar esforços e construir políticas públicas que reforcem esse capital simbólico cultural que Salvador já tem e que garantam a todos o direito de produzir e consumir cultura”¹⁶. Mas, um fato que deve ser questionado em relação à essa produção é: e a organização da cultura? Produção (criação) e consumo neste sentido colocado não conseguem dar conta de um sistema cultural, faltando aqui os atores que trabalhariam no desenvolvimento dos processos de mediação desta criação e consumo.

Segundo Meirelles, mais de 70% das ações culturais do Governo estão concentradas na capital e a função do Governo é atender a todo o Estado da Bahia. A nova Secretaria de Cultura vai descentralizar e interiorizar as políticas públicas culturais para permitir o acesso de todos os baianos em todos os municípios, inclusive Salvador.

“Já existe uma concordância muito grande entre nós [FGM e Secult] sobre a cultura como vetor de desenvolvimento”, disse o presidente da Fundação Gregório de

¹⁴ www.veracidade.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=6 (acesso em 26/08/2007).

¹⁵ www.cultura.salvador.ba.gov.br/downloads/edital-planos-locais-cultura.pdf (acesso em 04/07/2007).

¹⁶ www.sct.ba.gov.br/noticias.asp?id=605&pag=5 (acesso em 26/07/2007).

Mattos, Paulo Costa Lima. Para iniciar o processo de desenvolvimento dos planos locais de cultura, a Fundação criou o site www.avisalah.salvador.ba.gov.br, que depois foi renomeado para www.culturatododia.salvador.ba.gov.br¹⁷. O site busca contar com a programação cultural de todos os bairros da cidade, “dando início a esse processo de dinamização da cultura local”. O plano local de cultura, na opinião de Paulo Costa Lima, vai possibilitar “a articulação de projetos culturais existentes na localidade, identificação das vocações e conexões com o mundo da produção e o mercado”.

As inscrições para o edital foram prorrogadas até o dia 20 de julho de 2007, e o resultado das iniciativas contempladas ainda não está disponível. Os Planos Locais de Cultura selecionados serão apresentados em suas comunidades de origem sob a forma de um Seminário de Cultura Local, colocando em discussão as idéias nele contidas, e demonstrando através das atividades do próprio Seminário a capacidade de mobilização cultural do trabalho apresentado. Para isso as propostas selecionadas receberão da FGM a importância de R\$ 5.000,00 para a elaboração final do documento Plano Local de Cultura e para a realização do Seminário Local de Cultura de apresentação deste documento.

As entidades proponentes que tiverem suas propostas aprovadas passarão a integrar a Escola-Rede Municipal de Cultura, alimentando o portal Salvador Cultura Todo Dia com as informações culturais de sua localidade, e participando ativamente da iniciativa abrangente visando a potencialização de novos atores culturais comunitários, a troca de informações, a realização de atividades de formação e ao planejamento cultural na cidade de Salvador, tudo isso está relacionado ao Convênio FGM-MINC, denominado Pontão de Cultura de Salvador, que prevê a instalação de 20 pontos de cultura digital e audiovisual espalhados pela cidade. Neste âmbito, prevê-se a realização de processos de formação na área de produção cultural e em linguagens artísticas diversas.

¹⁷ “A política de cultura só pode ser construída com informação cultural acessível. O ‘Salvador Cultura Todo Dia’ permite avançar em três direções essenciais: a oferta abrangente de informações sobre a programação cultural dos bairros; a coleta sistemática de dados sobre a vida e sobre a memória das comunidades; e ainda a construção de um processo de articulação e planejamento local dos atores e autores culturais de Salvador. O site responde à necessidade inquestionável de descentralização dos modos de conceber a cultura, e favorece mecanismos de democratização da oferta e de valorização da visibilidade de um número mais amplo de iniciativas. Mais que um site, é um convite a todos os parceiros que a cidade pode ter” www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/apresentacao.php (acesso em 26/07/2007).

Considerações finais

Infelizmente o panorama das políticas públicas para a formação em organização da cultura não traz muitas perspectivas práticas para a melhoria do campo, que inscreve inclusive o âmbito dos formuladores de políticas culturais – além dos aspectos da gestão e da produção. Somente formando profissionais com capacidades de reflexão sobre a sua área é que o campo cultural poderá ter em vista a sua crescente profissionalização e crescimento. Não basta formar pessoas que saibam somente realizar o seu ofício (administrativo), e nada mais. É preciso um agente que possa contribuir para o crescimento cultural, sabendo atuar de forma eficaz no seu campo.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. “O mercado de bens simbólicos”. In: MICELI, Sérgio (org.). A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRANT, Leonardo. Mercado Cultural. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- COSTA, Leonardo Figueiredo. “Precedentes para uma análise sobre a formação e a atuação dos produtores culturais”. In: FERREIRA, Giovandro Marcus; e DALMONTE, Edson Fernando (orgs.). Comunicação e pesquisa: região, mercado e sociedade digital. Salvador: Edufba, 2007.
- MUYLAERT, Roberto. Marketing Cultural & Comunicação Dirigida. São Paulo: Globo, 2000.
- NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. O mercado da cultura em tempos (pós) modernos. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.
- RUBIM, Albino. “Políticas culturais: entre o possível & o impossível”. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007a.
- RUBIM, Albino. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In: RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (orgs.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007b.
- RUBIM, Linda (org.). Organização e Produção da Cultura. Salvador: Edufba, 2005.